

## OS DEBATES PARLAMENTARES ACERCA DA INTERVENÇÃO DA UNIÃO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE 1890 A 1905

**Ariella Lúcia Sachertt Seki**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>: Maria Cristina Gomes Machado**

**Universidade Estadual de Maringá - UEM**

**Departamento de Fundamentos da Educação**

**Programa de Pós-Graduação em Educação**

**Ano: 2010**

### Resumo da Dissertação de Mestrado

Este trabalho, de caráter bibliográfico, tem como objeto de pesquisa os debates parlamentares no que tange às questões educacionais no período de 1890 a 1905. Busca analisar os diferentes posicionamentos dos parlamentares e os argumentos utilizados por eles nas discussões dos projetos e relatórios apresentados na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sobre a educação pública no início da República. Para tanto, utilizaram-se como fontes primárias os volumes 6, *Desoficialização do ensino superior e secundário (1891-1894)* e 7 *Códigos de Ensino (1891-1901)*. No fim do século XIX, foi instaurada a República no Brasil, considerada um marco na história do país, pois com ela deu-se início a uma nova fase de organização da sociedade. Ocorreram várias mudanças nos âmbitos social e político, como o fim do trabalho escravo e o início do trabalho assalariado, a secularização dos cemitérios, a instituição do casamento civil, o rompimento do Estado com a Igreja Católica, a chegada dos imigrantes no país, dentre outros. Nesse cenário, destaca-se o presidencialismo, que tinha por base a eleição por meio do voto. No entanto, esse direito era negado aos analfabetos, que constituíam a maior parte da população brasileira naquele período. Com essas mudanças e com o início da industrialização, reivindicava-se maior nível de instrução aos trabalhadores, seria preciso ofertar instrução pública ao povo. Dessa maneira, indaga-se o que estava sendo discutido pelos parlamentares na área da educação pública, bem como quais eram as competências da União em relação aos demais órgãos federativos que compunham o país. Este trabalho torna-se importante na medida em que contribui para a história da educação por contemplar as discussões sobre a educação pública, que teve como base a Lei Maior, a Constituição de 1891, no direcionamento da nova ordem tanto na política quanto no regimento das instituições de ensino público. Este estudo fundamenta-se na análise crítica da sociedade capitalista, visto que os acontecimentos sociais não se explicam por si só, ele está interligado a todo um conjunto de normas estabelecidas na sociedade. Não ocorre de forma estanque, é resultado de uma relação constante de forças desiguais. No desenvolvimento deste trabalho abordam-se a intervenção da União na Reforma Educacional de Benjamin Constant de 1890, o Código Fernando Lobo (1892-1899) e os projetos apresentados de 1894 a 1905. São analisados os discursos sobre o direcionamento dado aos níveis de ensino superior e secundário no Projeto Azevedo Sodré em 1903, o Relatório Dunshee de Abranche de 1905, e os relatórios de Seabra de 1904 e 1905. Contudo, a necessidade de se ofertar a instrução elementar, ocorreu ao contrário, houve nas discussões parlamentares uma ênfase nos níveis superior e secundário, porque, conforme a Constituição de 1891, esses níveis de ensino ficariam a cargo da União. Entretanto o ensino primário teve diferentes organizações, já que estava sob a responsabilidade dos respectivos estados, que, em alguns casos, o delegava poder aos municípios. Palavras-chave: Educação. Instrução pública. Política pública educacional. República.